



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A PRAÇA DO CICLISTA: CONSTITUIÇÃO DE LUGAR E A AÇÃO POLÍTICA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Reinaldo Ricarte da Silva Junior (Puc-Campinas) - reinaldoricarte@gmail.com
Sociólogo e Geógrafo, mestrando em arquitetura e urbanismo.

Manoel Lemes da Silva Neto (Puc-Campinas) - manoel.lemes@puc-campinas.edu.br
Professor doutor do programa de pós-graduação da Puc-Campinas.

A Praça do Ciclista:
constituição de lugar e a ação política na cidade de São Paulo.

Reinaldo Ricarte da Silva Junior

Sociólogo, mestrando em arquitetura e urbanismo.

Manoel Lemes da Silva Neto

Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

INTRODUÇÃO

Em São Paulo, no ano de 2006, na sexta-feira de carnaval, um grupo de ciclistas batizou um pequeno canteiro central, na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação, como Praça da Ciclista. A partir daquela fundação popular, a cidade de São Paulo ganha um novo lugar de concentração e ação política.

Despertando o interesse em refletir os desdobramentos da luta política dos cicloativistas paulistanos, o foco da análise é a formação e consolidação da Praça do Ciclista como um espaço de ação política na cidade de São Paulo. O Desenvolvimento da análise compreende duas apropriações antagônicas dos territórios em contexto de globalização (SANTOS, 2010): (I) A cidade e o espaço alienado e; (II) Os lugares como possibilidade de uma outra globalização.

A seguir, discorre-se sobre a formação da Praça do Ciclista e alguns de seus diferentes usos, para, na conclusão, levantar uma reflexão crítica sobre as características simbólicas da Praça.

1. AS CIRCUNSTÂNCIAS DA ANÁLISE

1.1 A CIDADE GLOBAL E O ESPAÇO ALIENADO

No processo de globalização constata-se a interferência de elementos externos à localidade nos territórios. Principalmente na era do capital financeiro, os espaços, pensados na lógica das grandes firmas internacionais, passam por uma homogeneização alheia aos interesses populares e locais. As grandes metrópoles brasileiras não escapam à lógica da “globalização perversa” e encontram-se inseridas neste circuito. (SANTOS, 2010)

Com a hegemonia do pensamento neoliberal e o recrudescimento de uma forma de vida extremamente competitiva e individualista, tem-se emergido na contemporaneidade uma fragmentação do sujeito histórico. Essa fragmentação

está totalmente alinhada aos discursos tecnocráticos e idealistas do campo hegemônico, e nos vários segmentos da vida social. Assim, tem-se, por exemplo, as experiências democráticas atuais e suas expressões limitantes fundadas nas eleições representativas, no corpo jurídico das normas e das leis que não condizem com a realidade vivida concretamente no território (RIBEIRO, 2013a).

“A extensão da tecnociência, sem reflexão da complexidade, a completa ocidentalização da experiência social e o predomínio do mercado resultam em objetivação do mundo, na rápida transformação de sujeitos em objetos e de seres humanos plenos em corpos aproximados de idealizações de máquina eficiente” (RIBEIRO, 2013a, p.33).

Na análise urbana encontra-se vários conceitos que elencam este tipo de espaço. Montaner (2001) apresenta os espaços midiáticos fundados em interações artificiais, como os shopping centers e os museus. Os não-lugares são focados no excesso e na rapidez, geralmente são locais de passagens sem qualquer vínculo comunitário, exclusivos para lazer e consumo.

O crescimento dos não-lugares é totalmente atrelado à concepção das cidades mundializadas, nas quais, as cidades apresentam-se como espaços à venda. As revitalizações e requalificações tendem a levar para as cidades os elementos estruturantes das lógicas empresariais. Esses não-lugares espalharam-se pelas cidades, tornando-as despolitizadas. Nesses espaços o conflito social é controlado, as desigualdades sociais são invisibilizadas, e cria-se a sensação de uma coesão social (MONTANER, 2001).

Milton Santos nos auxilia nesta reflexão trazendo para a discussão o conceito de verticalidades. São pontos dentro dos territórios que não respondem à lógica do lugar, correspondem às firmas e ao mercado financeiro internacional. O capital adentra no território e desarticula as formas de vida e de reprodução da vida social, com o intuito claro de alienar e desfazer o sentido - tanto material quanto simbólico - dos lugares. (SANTOS, 2010)

Conseqüentemente, como fruto desta lógica perversa, os indivíduos perdem suas características de cidadãos dotados de direitos, e de seres ativos nos rumos políticos da sociedade, e tornam-se “consumidores-mais-que-perfeitos” (SANTOS, 2014). Seres alienados, absorvidos pela sociedade de consumo e pela homogeneização social.

As classes médias, como grandes receptáculos ideológicos desse projeto, são produtos e produtores dessa forma de ser no mundo, pois “O consumo escraviza as classes médias (de modo geral, mas felizmente não absoluto) e suprime os élanos de rebeldia, a vontade de ser outro, amesquinhando a personalidade” (SANTOS, 2014, p.85).

O neoliberalismo, como lógica dominante, impõe ao indivíduo aquilo que Dardot e Laval (2016) compreendem como sendo a “nova razão do mundo”. “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.17)

O homem moderno é a confluência de dois polos, a democracia política e o mercado capitalista, porém, na atualidade neoliberal, a democracia política esvazia-se, e o homem torna-se apenas o “*homo economicus*” (DARDOT, LAVAL, 2016). Isto é, todas as relações sociais são baseadas em contratos, cujo

único valor é a eficácia e a valorização dos ativos financeiros. No neoliberalismo todas as relações sociais tornam-se ativos, e os sujeitos sociais gerem suas experiências comunitárias aos moldes de uma empresa.

“Portanto, as qualidades que devem ser desenvolvidas pelo sujeito remetem a um universo em que a “apresentação de si mesmo” é um desafio estratégico para a empresa. Se um indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador”. O desempenho que se espera dele” (DADOT, LAVAL, 2016, p.333).

A dificuldade de superar o projeto neoliberal está no fato de não ser possível colocar em evidência outros projetos totalizantes, pois a globalização como perversidade é imposta como o único caminho existente. “O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajuda a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão de crise e aceitação de remédios sugeridos” (SANTOS, 2010, p.18).

1.2 OS LUGARES COMO POSSIBILIDADE DE OUTRA GLOBALIZAÇÃO

A globalização traz consigo uma possibilidade expressa na superação do período técnico-científico-informacional¹ e na emergência do período demográfico ou período popular da história. Esse novo período consistirá na retomada dos interesses coletivos, alçando-os ao centro do projeto político, tendo a cultura popular como vetor determinante da integração de indivíduos com o mundo sensível.

O conceito de horizontalidade, apresentado por Milton Santos, reconhece o espaço banal – aquele lugar desprezado pelos interesses hegemônicos – (SANTOS, 2011) como um potencial espaço de criatividade. Pois, ele se mantém na pluralidade, na capacidade de confronto entre várias racionalidades. Desse modo, a valorização da política se faz presente no embate de valores e ideais.

“A densidade sócio-cultural do espaço banal aparece como uma possibilidade de superação de alguns dos impasses enfrentados por aqueles que, comprometidos com o avanço socialmente justo da modernidade, recusam-se a aceitar imposições advindas dos modelos dominantes de modernização, responsáveis por destruição de bagagens culturais, pelo aumento (incontrolado) da desigualdade social e pelo extermínio de não-modernos em cada período da história do ocidente” (RIBEIRO, 2013b, P.297).

O espaço urbano traz como característica intrínseca o aprendizado social. São as lutas políticas de sujeitos coletivos e a sobrevivência do cidadão comum, conceituado por Santos (2010) de “homem lento”, que lançam as possibilidades de resistência dos territórios. São desses embates que se formam novas formas culturais: as novas identidades que combatem velhos preconceitos; o localismo e o bairrismo gestado nos embates contra os agentes hegemônicos; os grupos sociais em total diálogo com os movimentos globais; a militância política totalmente integrada com os componentes artísticos (RIBEIRO, 2013b).

¹ O período técnico-científico-informacional surge no fim da Segunda-Guerra-Mundial. Ele possibilita o advento da globalização, o aumento dos fluxos materiais e imateriais, maior capacidade produtiva e, logo, a maximização dos lucros das grandes firmas internacionais.

Ribeiro (2013a) propõe a aceitação do ser humano em sua extensão totalizante, isto é, reconhecê-lo como “corpo-sujeito” que, dentro dessa definição, seria a integração total dos indivíduos de elementos intrínsecos a eles, tanto em sua abordagem econômica e social, quanto na sua finitude corpórea e no seu sentido emocional. Dessa forma que, adentramos ao diálogo proposto entre geografia e sociologia, pois como o “corpo-sujeito” é vivente em um território, assim ele se torna “corpo-espaço”. Uma categoria de análise que tem como foco a resistência aos processos globais de desterritorialização e desenraizamento dos indivíduos no contexto de globalização.

Como contrassenso à rapidez dos processos de globalização e financeirização da economia e dos territórios, são nos lugares que o homem reconhece a si mesmo, redescobre-se como um ser local, de valores e sentidos totalmente integrados ao território. Os seus laços sociais se firmam em sentimentos reais de aproximação e vínculo solidário.

“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, este lugar é sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de trocar, matriz de um processo intelectual” (SANTOS, 2014.p.81)

A liberdade é forjada pelo homem sendo protagonista de sua própria história, como o sujeito de si e do espaço em que habita, não como objeto dos monopólios e agentes sociais externos a ele.

2. PRAÇA DO CICLISTA

Em um espaço residual, no canteiro central da Avenida Paulista com a Rua da Consolação, os cicloativistas fundaram a Praça do Ciclista. A praça serve para que o grupo se encontre nas últimas sextas-feiras do mês para realizar a bicicletada – pedalada política na cidade que visa chamar atenção para o uso da bicicleta na cidade.

Existe uma necessidade, por parte dos cicloativistas, em delimitar um espaço físico para representá-los. Podemos reconhecer na fundação da praça a necessidade de distinção desse lugar para os demais locais da cidade. A habitação de um espaço vago, a ressignificação linguística e cultural do território embasa uma pedagogia do espaço, já que o uso cotidiano dos ciclistas e suas práticas, seus encontros, suas conquistas começam a carregar o local de um sentimento de pertencimento mútuo.

Segundo Segaud (2016), “fundar sempre é fixar no solo um conjunto de crenças, de visões de mundo. É uma maneira de tornar um espaço seu, de apropriar-se dele ao distingui-lo dos outros espaços e de outrem. Portanto é uma maneira de classificar” (SEGAUD, 2016. p.142).

Com o batismo e a luta pelo reconhecimento da praça do ciclista, uma nova história do cicloativismo paulistano começa a ser contada em um solo próprio. Habitar um espaço, vivenciar as diversas relações desse lugar, tanto internamente entre os agentes que a ocupam, quantos de elementos externos a ele, vão dando sentido empírico ao espaço. As árvores plantadas em homenagem às vítimas do trânsito, as placas das várias tentativas de plantações

de horta, os escritos no chão e no ponto de ônibus, contam a história do lugar, a histórias das pessoas que vivenciaram o lugar.

Assim a praça do ciclista tornou-se mais um lugar de concentração política na popular Avenida Paulista, rivalizando com outros dois espaços: o vão-livre do Masp e a calçada da FIESP. O primeiro, um tradicional espaço de grandes atos políticos de entidades estruturadas (partidos políticos, assembleia de sindicatos, grandes movimentos sociais), com bandeiras, balões de gás e trios elétricos. Já o segundo, de vertente conservadora e de direita, floresceu nos atos pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, é comum a presença de bandeiras brasileiras e camisas da CBF.

A praça do ciclista, diferentemente dos outros dois lugares, é o espaço em que os movimentos autônomos convocam seus atos. O presente trabalho, baseando-se em uma busca do termo “praça do ciclista” no twitter e no facebook, constatou uma série de manifestações que possuem algumas características próprias, são estas: a não utilização de carros de som; a organização descentralizada; a espontaneidade. Suas pautas políticas são relacionadas às minorias – LGBTQI+, indígenas, movimento negro – ao movimento ambientalista e ao anarquismo (figuras 1 a 6). Hoje a Praça do Ciclista recebe uma horta comunitária em seu canteiro central, sendo reconhecida, pelos hortelões urbanos, o marco zero das hortas urbanas na cidade de São Paulo (figura 7).

A praça do ciclista tornou-se exemplo para outros grupos de cicloativistas no país. Em Curitiba foi inaugurada, em 2014, a praça do bolso do ciclista, financiada exclusivamente pelos ciclistas de Curitiba. Em Fortaleza os ciclistas da cidade rebatizaram a praça 1º de Maio, para praça do ciclista, a mesma proposta foi levantada por ciclistas em Belo Horizonte, Santo André, Aracaju.

Contudo, a lógica das cidades globais trouxe a possibilidade de elevar as bicicletas e seu uso na cidade como um novo produto à venda. Uma mercadoria disponível aos bairros mais seguros, mais iluminados e com as melhores infraestruturas cicloviárias. Esse novo conceito de viver é apresentado nas publicidades das incorporadoras dos novos edifícios superinteligentes. É visível a disputa simbólica do uso da bicicleta – da contestação das ideologias dominantes à afirmação do espaço urbano como mercadoria – apontadas na cidade, reflete nas apropriações da praça do ciclista.

2.1 GLOBALIZAÇÃO E PUBLICIDADE

Em 2009, a gestão municipal do prefeito Gilberto Kassab (2008 -2012) inaugurou as ciclofaixas de lazer, com funcionamento aos domingos, das 7h às 17h. Inicialmente a ciclofaixa conectava os parques Ibirapuera, do povo e das bicicletas. Em 2012, ela foi ampliada para a Avenida Paulista, para a região central e na Zona Norte, aumentando o seu alcance na cidade.

O seu funcionamento é gerido por um patrocinador. Por dez anos, de 2009 até 2019, o Banco Bradesco patrocinou as ciclofaixas. Com a lei da cidade limpa, em 2006, as ciclofaixas de lazer proporcionaram a empresa patrocinadora a possibilidade de uma ampla divulgação da marca, pois em cada cone de

sinalização, bandeirinhas de cruzamentos, a marca é apresentada para os ciclistas, motoristas e pedestres.

O slogan da ciclofaixa de lazer na gestão Bradesco, “*conviva*”, invoca a despolitização das questões referentes ao uso do carro e da bicicleta na cidade de São Paulo. Mesmo sendo nas vias públicas, as ciclofaixas de lazer seguem a mesma lógica dos não-lugares, pois elas se concentram nas áreas mais nobres das regiões onde estão instaladas. Elas não condizem com a realidade do trânsito, além de serem vendidas para o resto do país como uma possibilidade de melhoria do lazer nas cidades.

Se, por um lado, as ciclofaixas de lazer possibilitam a iniciação dos indivíduos à prática ciclística no meio urbano e o crescimento das bicicletas na paisagem das cidades, por outro lado, a experiência dos ciclistas de domingo em nada se assemelha com o uso da bicicleta no resto da semana, uma experiência totalmente controlada, muito mais segura, sem os “*incômodos*” dos carroceiros, das pessoas com deficiências que utilizam as ciclovias como alternativas às calçadas.

Como um serviço de cortesia, o Banco Bradesco contratou o Instituto CicloBR para fazer os reparos mecânicos nas bicicletas dos usuários (SOS). Além dos mecânicos volantes que circulavam nas ciclofaixas, uma tenda fixa de mecânica era montada todo domingo, em diversos pontos das ciclofaixas de lazer. Na Avenida Paulista, o ponto escolhido para a tenda foi a Praça do Ciclista.

Nesse caso, a pretensa solidariedade (reparos de bicicletas) é desenvolvida de maneira puramente mercantil, reforçando a relação entre bicicleta e o mercado. O legado histórico da luta pelo direito de pedalar, luta coletiva de solidariedade entre ciclistas que reside na Praça do Ciclista, é invisibilizado tornando-se uma dádiva do banco (figura 8).

Com o surgimento de elementos como: o “*conviva*”, a tenda de reparos para bicicleta (SOS) e o Banco Bradesco, a bicicleta perde a força política proposta pelos cicloativistas que batizaram e formaram simbolicamente a praça.

2.2 ESPAÇO DE SOLIDARIEDADE

No dia 2 de março de 2012, a bióloga Juliana Dias foi atropelada na Avenida Paulista. No mesmo instante os cicloativistas, a partir das redes sociais, reconheceram a vítima – Juliana Dias era uma cicloativista, muito atuante no ativismo ambiental – e marcaram uma manifestação na Praça do Ciclista.

Existe um sentido e relação próprios dos ciclistas com o espaço urbano. Esse relacionamento está ancorado tanto na materialidade, na relação do ciclista com elementos concretos da cidade – ruas, calçadas, viadutos, avenidas, pontes –, na sua relação social – viabilidade econômica da bicicleta, atividade física –, quanto nos valores simbólicos – status social do automóvel, cultura da bicicleta como consumo, variação de tipos de ciclistas.

A Praça do Ciclista expressa a solidariedade como um ponto comum a todas essas variações de ciclistas. Todos eles, em algum momento de suas vidas, vivem alguma experiência de quase morte. Ela é expressa pelas “*finas educativas*” – nome dado pelos ciclistas, quando o motorista propositadamente joga o carro na bicicleta para que ela não ocupe a rua - ou pela imprudência dos motoristas que não respeitam a legislação dos 1,5 metros de distanciamento das bicicletas. Os cicloativistas – pessoas que optam politicamente pelo uso da

bicicleta – somados aos ciclistas tradicionais, que utilizam a bicicleta como a única opção de transporte, trazem consigo experiências e estratégias de sobrevivência e de adaptação, para continuar utilizando as bicicletas nas cidades. (ZUGE, 2015)

A luta dos cicloativistas pode ser elencada, como propõe Manuel Castells, em um processo de reconstrução do imaginário popular, “a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado nas mentes das pessoas” (CASTELLS, 2013, p.8). A Substituição de uma ordem social centrada no automóvel para a valorização dos transportes ativos, passa pela construção de um novo imaginário do que é ser cidade, não apenas no âmbito físico – ampliação do sistema cicloviário –, mas também uma elevação no status e no sentido de ser ciclista na cidade.

Portanto, é na Praça do Ciclista, nos atos e nos protestos, que os ciclistas se encontram, trocam experiências, ideias, visões de mundo e, com isto, se formam e se fortalecem com a prática política. A Avenida Paulista, arena de diversas ações políticas, sede dos bancos e do mercado financeiro, carrega consigo esta marca, um “*território usado*”² (SANTOS, 2010), que ganha com a praça do ciclista, mais um local de simbologia de luta social.

2.3 AÇÃO POLÍTICA GLOBAL

No ano de 2011 eclodiram no mundo uma série de protestos em decorrência às crises econômicas, como a Primavera Árabe, os indignados na Espanha, o “*occupy wall street*” nos Estados Unidos. Em São Paulo tivemos a versão paulistana deste fenômeno, o “Ocupa Sampa”. Um grupo de jovens anarquistas e socialistas, respondendo um chamado global, montaram um acampamento embaixo do viaduto do chá, no Anhangabaú. Depois de dois meses decidiram mudar para a Praça do Ciclista, pois, segundo os participantes do Ocupa Sampa;

“Por isso, estamos ocupando a AVENIDA PAULISTA. Para dar visibilidade ao que representa toda a luta que acompanha a construção da Praça do Ciclista. Para dar visibilidade à uma outra sociedade, que estamos construindo ao pedalar, ao fazer assembleias, ao conversar e ao compartilhar nossas ideias, ideais e sonhos.

Assim como a Praça do Ciclista nasceu do encontro de pessoas que desejavam transformar a realidade em favor da convivência e de maneiras mais inteligentes de locomoção na cidade e, para isso, botaram a “mão na massa” para construir essa realidade, os movimentos de ocupação que agora acontecem em várias cidades do mundo também propõem a retomada da possibilidade dos cidadãos construir suas cidades e interferirem nos rumos de seus países.” (OCUPASAMPA, 2011)

A relação entre o cicloativismo, a bicicletada paulistana, e o movimento de ocupação Ocupa Sampa de 2011, são suas vertentes internacionalistas. No caso das bicicletadas, a inspiração veio dos movimentos de São Francisco “*Critical Mass*” – pedaladas sem avisos prévios das autoridades, com rota

² Para Santos (2010) “Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.” (SANTOS, 2010, p. 47)

estabelecidas na hora sem qualquer tipo de controle de tráfego, com o objetivo de criar desordem no trânsito de carros e chamar atenção para o uso da bicicleta.

Em São Paulo a bicicletada acontece toda a última sexta-feira do mês, saindo da Praça do Ciclista e pedalando pelas principais ruas e avenidas da cidade. A primeira bicicletada paulistana ocorreu em 2001, em concordância aos protestos globais contra a reunião do G7, que acontecia na cidade de Gênova na Itália.

É possível reconhecer nesses dois movimentos uma aproximação simbólica, uma luta por outro modelo de cidade e de mundo, totalmente alinhada com os movimentos altermundistas³ e com a luta antiglobalização internacional.

A experiência de democracia real no Ocupa Sampa era realizada por meio do consenso – assembleias não deliberativas, cada indivíduo que não se sentia representado pela escolha do grupo, podia pedir para rever as ações, debatendo até que houvesse um consenso entre todos os integrantes – e na bicicletada, a democracia real é o ideal de proteção mútua – nas pedaladas, todos os ciclistas são responsáveis pela segurança dos outros, as ruas são fechadas para que todos possam seguir juntos.

Sendo assim, nestes dois casos, é possível reconhecer um forte simbolismo da praça como um lugar de experimentações políticas. Uma possibilidade de vivência, mesmo que seja breve, de formas alternativas de vida.

3. CONCLUSÃO

A bicicleta integrou-se à paisagem urbana da cidade de São Paulo. Das ciclofaixas de lazer às ciclovias, dos bicicletários aos paraciclos, a infraestrutura cicloviária modificou a paisagem urbana da cidade de São Paulo, tanto como alternativa de lazer quanto como meio de transporte. Portanto, a luta dos cicloativistas paulistanos foi determinante para a inclusão das bicicletas nas políticas viárias da capital paulista.

A dualidade de usos, exposta no início do texto, é amplamente percebida na Praça do Ciclista. Para que o cicloativismo possa servir de meio ativo a uma 'outra' globalização, ele deve integrar a bicicleta em um projeto totalizante, que contemple uma profunda transformação do território. O cicloativismo, para além do espaço alienado da bicicleta pela bicicleta, deve ceder lugar para as concepções totalizantes do direito à mobilidade de todos os cidadãos, pedalando ou não.

Se um canteiro central na Avenida Paulista não tinha história, a fundação dos cicloativistas a colocou no cenário urbano. A praça do ciclista salvaguarda, em sua história, algo mais profundo do que a luta pela bicicleta. Ela carrega a possibilidade, expressada no texto do Ocupa Sampa, de uma cidade que possa ser concebida pelas pessoas em comunhão, não apenas pelos gestores do mercado. As mortes, tragédias e violências do trânsito ecoam na praça, transformando o luto, sofrimento e a dor em luta política. Sendo assim, a Praça simboliza a solidariedade e o projeto alternativo de sociedade.

Hoje, esse espaço possui uma gestão privada, geridas pelas empresas *Eureka coworking* e *Sense Bike passion*. Foi realizada uma pesquisa junto aos

³ Os movimentos altermundistas nasceram influenciados pelo movimento Zapatistas. Suas grandes expressões foram as manifestações em Seattle contra o G7 e os Fóruns Sociais Mundiais, ambos no fim do século XX.

ciclistas para elaborar o projeto (figura 10), apesar desse processo já durar um ano, ainda não foi estabelecido qualquer reforma no local. Isso aprofunda o uso comercial e propagandístico da Praça, diminuindo o seu sentido original.

Conclui-se que a simbologia da bicicleta está em disputa com o crescimento do uso da bicicleta em São Paulo. Os valores que fundaram o cicloativismo, expressos na Praça do Ciclista, passam por um processo de enfraquecimento, mas ainda hoje, muitos atos políticos, protestos e manifestações populares ainda elegem a Praça do Ciclista como um ponto de luta, revivendo seu histórico político.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MONTANER, Josep Maria. Espaço e antiespaço, lugar e não lugar na arquitetura moderna. In: MONTANER, J M. A Modernidade Superada. Madrid, São Paulo: Gustavo Gili, 2013. p. 26- 56.

RIBEIRO, Ana Clara T. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In: RIBEIRO, A C T. Por uma sociologia do presente, ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Vol 2.a

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território Usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, A C T. Por uma sociologia do presente, ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Vol 2.b

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. O espaço cidadão. São Paulo: EDUSP, 2014.

SEGAUD, Marion. Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: SESC São Paulo, 2016.

Ocupar a Av. Paulista para dar visibilidade à Praça d@ Ciclista. **OcupaSampa**. São Paulo, 24, nov. 2011. Disponível em: <https://ocupasampa.milharal.org/2011/11/24/ocupar-a-av-paulista-para-dar-visibilidade-a-praca-d-ciclista/>. Acessado em: 30 de nov de 2020.

ZUGE JUNIOR, Odir. Cicloativismo Paulistano: Uma investigação Jurídico-Fenomenológica. Tese (doutorado – programa de Pós-Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-08122015-103751/pt-br.php>

ANEXO: ALGUNS EXEMPLOS DE EVENTOS NA PRAÇA DO CICLISTA

Figura 1 – Paz na Colômbia



OCT
9 PAZ NA Colômbia /
Encontro e Ato Simbólico
Public · event · by Carlos Monroy

Interested Going Invite More

Sunday, October 9 at 2 PM - 5 PM in UTC-03
Tomorrow · 59-72° Mostly Cloudy

Praça do Ciclista
Avenida Paulista, s/, Próximo ao, 2400, 01311-000 São
Paulo, Brazil

Fonte: Facebook, 2020.

Figura 2 – Marcha contra a mídia machista



Fonte: twitter, 2020.

Figura 3 – Marcha pelo estado laico



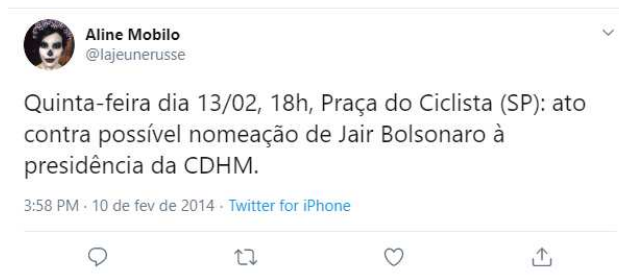
Fonte: twitter, 2020.

Figura 4 – Movimento secundarista



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 5 – Ato contra nomeação de Jair Bolsonaro



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 6 – Marcha das vadias



Fonte: facebook, 2020.

Figura 7 - Revitalização da horta da praça do ciclista.



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Figura 8 - Árvore de Natal Bauducco



Fonte: acervo pessoal, 2020.

Figura 9 - serviço SOS patrocinado pelo Bradesco



Fonte: Foursquare city guide, 2021.

Figura 10 – Projeto de revitalização e concessão da praça do ciclista



Fonte: Revista Projeto, 2021.